



Uma discussão sobre as questões de paisagem cultural na atualidade brasileira e gaúcha

Décio Rigatti*

Abstract

The main objective of the author is to present and discuss some of the recent contributions on the theme of the cultural landscapes proposed by members of different institutions and backgrounds in Brazil and Italy. The author presents the main issues and concerns related to the identification, analysis and protection of the current cultural landscape in Brazil.

Keywords: cultural landscape, Rio Grande do Sul State, Brazil, immigration landscape, landscape theory

El objetivo principal del autor es presentar y discutir algunas de las contribuciones realizadas por miembros de diferentes instituciones en Brasil e Italia y pertenecientes a diferentes formaciones, sobre el tema del paisaje cultural. El autor trae las principales cuestiones relacionadas con una gama de diferentes preocupaciones sobre la identificación, evaluación y protección del paisaje cultural em Brasil.

Palabras clave: paisaje cultural, Rio Grande do Sul, Brasil, paisajes de inmigración, teorías del paisaje

L'obiettivo principale dell'autore è riflettere e, in un certo senso, estrapolare alcuni concetti chiave riferiti al paesaggio culturale dai contributi di ricerca che seguono, scritti da autori con *background* culturali differenti e che lavorano in Brasile e in Italia in numerose istituzioni pubbliche, centri di ricerca e università. Presenta un quadro generale delle principali questioni emergenti relative a diverse istanze con particolare riferimento all'identificazione, alla valutazione e alla tutela del paesaggio culturale in Brasile.

Parole chiave: paesaggio culturale, Rio Grande do Sul, Brasile, paesaggio della immigrazione, teorie del paesaggio

O objetivo principal do autor é apresentar e discutir algumas das contribuições recentes, trazidas por membros de diversas instituições e formações do Brasil e da Italia, sobre o tema da paisagem cultural. O autor apresenta um quadro sobre as principais questões e preocupações relacionadas com a identificação, a análise e a tutela da paisagem cultural no Brasil, hoje.

Palavras chave: paisagem cultural, Rio Grande do Sul, Brasil, paisagem da imigração, teoria da paisagem

Introdução

Muito embora se possa considerar que o tema da paisagem cultural no Brasil recente tenha apresentado constantes avanços, principalmente com a introdução, por parte do

* Universidade federal do Rio Grande do Sul (Brasil); e-mail: driga2000@yahoo.com.br.



Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan) e dos órgãos estaduais e municipais competentes, de conceitos e normativas que procuram acompanhar as discussões presentes em Países ou regiões mais avançadas, como as realizadas pelo bloco europeu, por exemplo, pode-se identificar uma problemática constante, aqui, principalmente no que se referem às aplicações de modo mais amplas e efetivas desses conceitos na experiência cotidiana quanto à salvaguarda do nosso patrimônio cultural.

Sem dúvida, a inclusão da paisagem, em sentido amplo, como dimensão fundamental do patrimônio cultural foi uma grande evolução frente à estrita abordagem de elementos individualizados, que caracterizou a experiência brasileira por um longo período de tempo. Deste modo, a questão toda se torna mais complexa, abrangendo uma vasta gama de temas – e a imaterialidade é apenas uma delas – requerendo, também, novas formas de enfrentamento de um problema antigo, qual seja: o quê preservar, por que preservar e como preservar.

As primeiras duas questões, que parecem relativamente simples, comportam uma série de questões não tão facilmente resolvíveis. Se, por um lado, parece existir certo consenso sobre paisagens de notáveis valores do ponto de vista cultural, suas delimitações e consequentes ações de preservação esbarram em diversos entraves, seja do ponto de vista político, técnico ou jurídico para sua devida tutela e preservação.

Os problemas políticos normalmente referem-se aos embates existentes entre forças que lutam pela preservação e as que, por diversas razões, opõem-se a qualquer tipo de controle ou restrição sobre as áreas afetadas, seja por uma ainda vigente ideia da propriedade como direito absoluto, mesmo com a sua relativização com a Constituição de 1988, seja por discordâncias sobre os tipos e intensidades nas restrições impostas. Observe-se, por exemplo, a tragédia instalada recentemente no País, do ponto de vista ambiental, produto claro de uma política institucional de não intervenção nos processos de destruição sistemática de reservas, biomas e recursos naturais.

Os aspectos técnicos, por sua vez, implicam na superação das dificuldades em estabelecer de maneira clara e objetiva, a partir da aplicação de métodos adequados para a identificação e análise das áreas de interesse e que ultrapassem um mero voluntarismo que, mesmo que procedente, confere dificuldades ao processo como um todo. O aspecto jurídico é crucial para a efetivação da tutela e, como bem lembra Steigleder¹ em seu texto, aqui, «No Brasil, inexistente um conceito normativo de paisagem, embora mencionada em diversas legislações, o que se soma à falta de políticas públicas de gestão e de ordenamento territorial em escalas supramunicipais». Além disso, há uma estreita relação entre o suporte dado pelos aportes técnicos e o enquadramento jurídico necessário, como bem comenta o mesmo texto citado de Steigleder:

¹ Todas as citações constantes do presente texto, com as exceções indicadas, referem-se aos trabalhos que compõem esta publicação. Assim, são indicados apenas os autores dos trabalhos que constam no índice desta publicação.



Os conceitos de paisagem e de valor paisagístico são juridicamente indeterminados, o que significa que sua construção se dá conforme juízos de experiência e valoração informada por critérios técnicos, exercidos, em um primeiro momento, pelo Poder Executivo na sua função de aplicar a lei.

Parte importante do aspecto jurídico se dá na própria esfera municipal onde o conjunto de leis e normas sobre preservação e tutela da paisagem cultural muitas vezes apresentam contradições entre si ou, pior, não cumprem seu devido papel ao simplesmente desconsiderar o tema.

Outro aspecto que merece particular debate é uma aparente contradição entre o conceito mesmo de paisagem cultural, como processo, e a dificuldade em se lidar com as suas transformações, quase como se o momento de identificação e análise das áreas de interesse para preservação e tutela fosse o momento do congelamento no tempo e no espaço daquilo que caracteriza essas áreas e que justificam as ações de tutela. Isto vale tanto para áreas no interior de áreas urbanas, com particulares questionamentos sobre as áreas de transição entre o urbano e o rural e, também para as próprias áreas rurais e que, no caso do Estado do Rio Grande do Sul, assumem particular importância as paisagens relacionadas ao processo de ocupação do seu território por parte de imigrantes europeus, especialmente os de origem alemã e os de origem italiana, como veremos adiante. De qualquer modo, a questão explícita ou subjacente em quase todas as discussões presentes nos casos apresentados nos textos, evidenciam essa preocupação e ambivalência em relação a um conceito de paisagem cultural, para o qual a ação humana é parte constituinte do processo de sua formação e, também, de sua transformação, muitas vezes expondo a ideia de uma estaticidade desejada para a paisagem de tutela, contradizendo o próprio conceito.

A ideia de uma intervenção e transformação controladas comparece de modo a indicar a necessidade, primeiramente, de que a paisagem cultural seja objeto de tutela, em qualquer das suas escalas, e que as transformações, como parte constituinte dos processos culturais possam acontecer, sem que as motivações da tutela sejam destruídas.

Outro embate interessante e longe de consensual, são as experiências de intervenção na paisagem cultural voltadas a um consumo turístico de massa e que traz para a discussão as questões do autêntico e do simulacro. O caso da região de Gramado, no Rio Grande do Sul, com forte exploração turística, trazido aqui por Théry é bastante elucidativo para o que ele discute e denomina de «germanidade imaginária», como comenta:

Portanto, é produzido, neste caso particular, uma paródia do patrimônio cultural deixado pelos migrantes alemães para imprimir sua marca em uma região originalmente moldada pela imigração italiana.

Discussão similar comparece nos casos de transposição no espaço de elementos arquitetônicos que, embora não fazendo parte de uma paisagem original, passam a assumir



um caráter formador da paisagem a partir da sua inserção no território novo (Marchetto). Longe de comparecer como uma questão pacífica, com um debate que vai desde a perda da aura até a produção de um pastiche cultural, este modo de transformação da paisagem, pelo menos na experiência da área de imigração italiana, mas, certamente, não só, a transposição de elementos edificados de um local a outro sempre foi parte da realidade – quem nunca viu uma casa passando por uma estrada, sendo transportada de um local para outro sobre um caminhão, ou uma casa de madeira de dois andares ser serrada e transformada em duas de um andar?

Esta discussão também pode ser feita para o caso da preservação de elementos arquitetônicos que, por alguma razão, teriam que desaparecer caso não pudessem ter sua localização alterada. Mesmo que as paisagens produzidas nunca tenham existido na realidade, formando novas, não se pode desconsiderar a importância da preservação de edificações que, por razões diversas, tiveram que deixar sua implantação original. Caso emblemático é o Museu Meiji-mura em Nagoya, Japão, para onde foram trasladadas, desde uma catedral gótica, casas tradicionais, lojas antigas, teatros, bancos, até o lobby do antigo Hotel imperial com projeto de Frank Lloyd Wright que, de outro modo, simplesmente deixariam de existir. Também não nos esqueçamos dos trabalhos de troca de sítio de bens de interesse mundial como os templos de Abu Simbel no Egito, em função do alargamento do sítio original pela construção da represa de Assuã.

De qualquer modo, é importante ressaltar as implicações dos debates sobre paisagem cultural no mundo contemporâneo, das conquistas e derrotas no campo da sua tutela e salvaguarda. Sobre os embates entre preservação e globalização, comenta Carvalho:

Dentre os motivos que parecem justificar uma significativa ressurgência do tema do patrimônio cultural, é a constante ameaça representada pelos processos de globalização. Tais processos colocam em risco, em especial, a preservação de paisagens tradicionais como um elemento fundamental de ancoragem da memória dos povos, especialmente no Brasil. Este processo pode ocasionar a perda de cenários fundamentais para as populações locais (Iphan, 2011) ou até mesmo para a história das nações.

Estas e outras questões são debatidas também do ponto de vista institucional no Brasil, com as diversas instâncias intervenientes e que colaboram para o quadro de referência sobre a paisagem cultural. Cavaco apresenta uma descrição deste quadro institucional, aportando inclusive as modificações que ocorrem neste campo, mais recentemente.

A partir da década de Sessenta, nota-se um incremento no reconhecimento do valor paisagístico dos bens, principalmente no que se refere aos conjuntos urbanos. Podemos destacar diversos motivos que levaram a essa mudança de paradigma:

1. uma nova etapa no processo de identificação dos bens de interesse nacional, quando esgotados os bens considerados excepcionais, ampliou-se os critérios de seleção resultando na inscrição de bens de caráter mais modestos;
2. publicação da Carta de Veneza, que também recomendou o reconhecimento de obras mais modestas;



3. preocupação com o futuro das cidades históricas devido a um desenvolvimento urbano acelerado no País. Se reconhece a necessidade de ampliação da proteção do entorno desses centros;
4. maior valorização dos aspectos naturais, que se somam àqueles já reconhecido nos conjuntos;
5. o contexto paisagístico se torna importante em razão da crescente problemática da integração do conjunto com seu entorno;
6. a paisagem inicia a ser reconhecida como fonte de conhecimento e reescrita da história oficial.

1. Paisagem cultural, entre o urbano e o rural

Independentemente do tamanho das cidades do Rio Grande do Sul apresentadas aqui, a problemática da fragmentação cada vez maior da ocupação territorial é uma presença constante. O que se percebe nesta discussão são as modificações produzidas nas áreas rurais por inserções de características urbanas que, por um lado, rompem a caracterização vigente das unidades de paisagem (Rigatti, Trusiani, 2017) de cunho mais naturalístico ou de produção agrícola para aquelas de cunho mais urbano e, de modo mais constante, para unidades de transição.

Isto representa o resultado de um processo que afeta boa parte da rede urbana gaúcha hoje e que possui diversas ramificações. De um lado, é o produto de uma expansão urbana fruto da transformação das próprias atividades produtivas e das modificações das bases econômicas dos municípios, com a redução da participação das atividades agrícolas e um avanço das de cunho urbano-industrial.

No entanto, há outro processo em andamento que diz respeito fundamentalmente à expansão dos interesses da indústria da construção civil para novas áreas. Isto se dá com o suporte das administrações municipais – tanto dos executivos como dos legislativos – que reforçam este processo na ampliação, quase sempre sem critério, dos seus perímetros urbanos que chegaram, como no caso de Porto Alegre, mesmo que isto tenha sido revertido posteriormente, na eliminação da sua área rural passando todo o território do município a ser área urbana (Pohlmann e Piccinini) e, portanto, sujeito a modificações das suas características ditadas apenas pelo avanço do capital imobiliário e sem nenhuma vinculação com estratégias públicas de interesse mais geral (Gallina e Mello Neto).

Outro movimento importante e que acompanha a expansão dos perímetros urbanos é a alteração do uso e ocupação do solo, com as revisões dos planos diretores municipais que reforçam essas políticas, enquadrando essas novas expansões urbanas nas normativas legais que regem o uso e ocupação do solo. Casos semelhantes podem ser verificados para os municípios de Passo Fundo (Rampanelli), Lajeado (Scheibe e Piccinini) e Estância Velha, com expansões significativas dos perímetros urbanos que, em alguns casos, como no de Estância Velha (Balestro), inverte a participação usual da área rural como de maior extensão territorial no município passando à sua quase extinção.



As conseqüências dos processos apontados indicam para a redução da importância e da participação de algumas unidades de paisagens características, particularmente as de cunho natural e agrário, e um avanço da Unidade de paisagem (Udp) de transição urbano/rural, impondo um paulatino desaparecimento de algumas tipologias de paisagem.

2. Paisagem cultural da imigração

O Estado do Rio Grande do Sul, por ter representado uma fronteira tardia na ocupação do Brasil pelos portugueses, acabou por apresentar algumas particularidades no seu território. O relativo atraso na ocupação no Estado é ditado em muitos aspectos pela guerra geopolítica travada entre Espanha e Portugal, desde o início da colonização da América, sendo que o Sul do Brasil, a partir de sucessivos acordos e tratados entre Espanha e Portugal, nem sempre cumpridos, transita entre as posses portuguesa e espanhola, o que dificultou enormemente a promoção da sua ocupação e inclusão territorial para Portugal.

Anteriormente à pacificação da região, é importante destacar a experiência jesuítica / missioneira que moldou parte importante dos territórios que hoje pertencem ao Brasil, Argentina e Paraguai com o que se denominou de os povos das missões. Esta experiência é centrada na formação de uma expressiva rede urbana que transitava entre os Países mencionados sem nenhuma imposição de limites territoriais e acompanhou a catequização dos índios guaranis e o desenvolvimento da agricultura, a introdução da pecuária e o treinamento em artes e ofícios de caráter mais urbano de parte dos índios guaranis.

Com a reestruturação e definição dos limites nacionais, em constante mudança, apenas no início do século XIX uma parcela da região das missões passa a fazer parte do território brasileiro, a Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e sua ocupação passa a contar com a introdução de imigrantes europeus, particularmente de alemães e italianos. As modificações da paisagem e as questões relacionadas com o patrimônio cultural nesta região do Estado são, até hoje, muito pautadas e mediadas pela sua origem missioneira (Seixas e Garcia).

Sem dúvida, parte significativa das discussões sobre paisagem cultural no Rio Grande do Sul se vinculam a uma história mais recente da ocupação territorial e que será efetuada por imigrantes alemães, antes e, logo em seguida por italianos.

A colonização alemã, que se inicia no Estado em 1824 com São Leopoldo, no vale do rio dos Sinos na Região Metropolitana de Porto Alegre, logo se expande em direção ao pé da Serra do Mar, para as áreas de Novo Hamburgo, Igrejinha, Estância Velha além de outros núcleos que foram sendo fundados pelos imigrantes e, também acompanha, a partir de São Leopoldo, as áreas ao longo de importantes cursos d'água do Estado como o rio dos Sinos, rio Jacuí e o rio Taquari, muito utilizados como meios de acesso e transporte, onde se instalam no que hoje são municípios como Lajeado, Estrela, Teutônia, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, entre outros. Esta ocupação é responsável pela produção de uma



paisagem característica, formada por uma agricultura realizada em um grande número de pequenas propriedades rurais, originadas dos parcelamentos de fundação, bem como por uma rede urbana densa que se distribui pelo território, próximas entre si, o que contrasta com a área da campanha do Estado onde as cidades, normalmente, situam-se a grandes distâncias entre si, com grandes extensões de campo, que definem a paisagem característica dessa região do Estado.

A arquitetura característica se associa às formas de produção das áreas rurais centrada em lotes com áreas não muito grandes, normalmente com frentes pequenas para as estradas de acesso e com grandes profundidades. Este conjunto forma uma paisagem cultural de importância para a história do Rio Grande do Sul e, até hoje pode ser identificada de modo bastante evidente por toda essa região (Weizenmann, Sá, Mallmann).

Já no caso da imigração italiana, esta ocorre de modo mais sistemático a partir de 1875, com a fundação do que se denominou de Primeira colônia, que hoje corresponde aos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul, entre outros na Serra Gaúcha e, também, numa área mais central do Estado, no interior de Santa Maria, na área denominada de Quarta colônia, com as nucleações do Vale Vêneto (Guma).

Importante contribuição para a compreensão deste processo é trazido pelo trabalho de Herédia, que apresenta um quadro bastante abrangente sobre as questões políticas, institucionais, de economia e de implantação das primeiras colônias italianas na serra gaúcha e seu desenvolvimento e que permite compreender a base sócio-espacial em que se dá a ocupação italiana no território gaúcho. Diz Herédia:

O nascimento dessas colônias segue as orientações previstas na carta de colonização, atendendo às normas previstas na lei de terras e nas leis complementares editadas pelo Império, para garantir que o projeto de colonização continuasse. As terras das colônias eram divididas em léguas quadradas, e cada légua quadrada em linhas, e as linhas em lotes rurais. Quem fazia a divisão dos lotes era a Inspetoria de terras, responsável pela medição dos lotes. As linhas tiveram um papel fundamental de estruturar o povoamento, uma vez que as atividades econômicas aconteciam na linha e, nem sempre, tinham características semelhantes. Os lotes mediam entre 22 a 25 hectares, o que comprovava a diferença das condições oferecidas à ocupação alemã, para a qual os lotes iniciais eram de 77 hectares, ou seja, 160.000 braças quadradas.

As condições produzidas pela colonização na área rural efetuada num terreno acidentado, tomada a mata de recobrimento para o plantio; o grande número de pequenas propriedades que se originaram dos loteamentos rurais, com lotes estreitos e profundos, seguindo o ordenamento a partir das linhas e travessões; a introdução de culturas trazidas das terras de origem, particularmente o cultivo da uva; a densa rede de pequenas nucleações e cidades; a construção dos conjuntos edificados típicos dessas áreas, com as casas e as edificações de apoio, tudo isto contribuiu para a formação de uma paisagem única no Brasil e que, ao longo do tempo, se consolida como uma paisagem cultural reconhecível e que,



logo, passou a ser valorizada, tanto do ponto de vista da exploração econômica dos produtos coloniais, quanto das suas potencialidades para o turismo.

Essas condições, ao mesmo tempo em que representam um grande potencial de desenvolvimento para as comunidades locais, que utilizam a história e a memória local como diferenciais em relação a outras formações socioculturais, têm se apresentado nos últimos anos também como uma ameaça, com o avanço do capital imobiliário sobre as áreas rurais na forma de ocupações com características urbanas, como os condomínios residenciais, que exploram a paisagem cultural característica como elemento de marketing, ao mesmo tempo em que eliminam exatamente aquilo que exploram, ou seja, a paisagem cultural de cunho rural das pequenas propriedades, implicando em redução das áreas de cultivo e de caracterização paisagística.

No entanto, a imigração italiana na Serra Gaúcha produziu também uma transformação espacial profunda em áreas urbanas. Caxias do Sul se consolidará como um centro regional, com uma industrialização forte que esteve na base do seu grande desenvolvimento econômico. Mas alguns casos interessantes de uma industrialização centrada em uma única grande empresa em pequenas nucleações também podem ser encontrados na região, como é o caso do lanifício de Galópolis (Neves), com uma empresa em torno da qual praticamente toda a vida da cidade se desenvolve. A paisagem resultante também é particular, tendo moldado a história dessa parte da colônia italiana, como em outras experiências de grandes empresas que implantaram verdadeiras cidades para a produção, muitas das quais, com inspiração inglesa.

O processo de ocupação da serra gaúcha, com seu relevo característico, também explorou estas particularidades no assentamento, principalmente, das nucleações urbanas. Particularmente interessante é o caso da ocupação das cumeadas como local privilegiado para a implantação de núcleos urbanos os quais, pela relativa proximidade entre si, produzem um efeito de visibilidade entre eles e que, como demonstrado aqui, podem também ser dimensionados a partir de algumas técnicas de análise (Melati) que permitem definir em que grau cada núcleo urbano é mais ou menos visível em relação aos seus vizinhos. Acompanhando esta discussão de caráter mais técnico, interessante e promissora também é a contribuição de Caprari, ao introduzir novas tecnologias como forma de dar suporte às decisões e ao tratamento de paisagens destinadas à tutela e proteção neste caso, também centrada na ideia e conceito da Udp, já referida.

Lo studio per l'individuazione e caratterizzazione delle Udp può essere quindi avvalorato da elaborazioni geo-informatiche, indici scientifici sviluppati a partire da immagini satellitari multi-spettrali, da *tools* quali-quantitativi, da applicazioni di *remote sensing* o mediante la classica digitalizzazione sebbene in ambiente geo-riferito.

Estes instrumentos, mesmo que não decidam sobre o que deve ou não ser objeto de tutela, sem dúvida, servem como apoio importante no momento de sua identificação,



delimitação, caracterização e análise, com evidente utilidade para o tratamento que posteriormente pode ser dado do ponto de vista da aplicação dos aspectos legais necessários para o estabelecimento efetivo da tutela de uma determinada paisagem cultural.

3. A paisagem cultural urbana

Mesmo que de forma bastante expedita, a consideração da paisagem cultural em cidades de maior porte como Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, passa a ser discutida, de maneira compreensível, como uma relação entre espaço edificado e natureza. As limitações impostas pelo processo de urbanização de Porto Alegre sobre o âmbito natural que, numa escala maior, possui sua rede de morros ao Sul da cidade e a orla do rio Guaíba como importantes elementos constituintes.

No interior da área urbana, a arborização sempre foi parte importante da formação de uma paisagem que tenta mitigar os efeitos da urbanização e, principalmente, a mudança de escala das edificações verificada a partir dos últimos planos diretores sendo que Porto Alegre já foi considerada como uma das cidades mais arborizadas do País.

Esta discussão comparece de dois modos, aqui. De um lado, demonstrando historicamente como a aparentemente política de arborização pública por parte do município nem sempre foi algo efetivo ou pacífico e como, em muitos casos, demandou uma intervenção social (Tomasini e Cassol). De outra parte, a discussão dos espaços livres de edificação públicos, compostos não apenas do sistema de arborização pública, mas compondo-o com a discussão de um sistema de espaços verdes articulados e em diversas escalas como modo de enfrentamento de questões importantes como as transformações climáticas que se apresentam cada vez com maior peso e consequências (Moscarelli).

Aqui, também, o que comparece de modo claro é o descompasso entre determinadas características da paisagem urbana da cidade e as ações do poder público (Simões e Mog) em relação ao tema com a necessária definição de um sistema de proteção mais amplo do âmbito naturalístico, ou não, que deveria ser pensado, por exemplo, ao estabelecer os regramentos de uso e ocupação da cidade pelo plano diretor e que não parece lidar com a devida importância que o tema merece ao tratar do uso e ocupação da cidade meramente como uma viabilização da expansão do capital imobiliário, com uma fraca presença e consideração da cidade existente.



Referências bibliográficas / References

Rigatti D., Trusiani E., *Arquitetura e paisagem na serra gaúcha. Migração italiana e territorialidade*, Edizioni Nuova Cultura, Roma, 2017.

Recibido: 30/09/2020

Aceptado: 23/01/2021

